



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO N° 331/2018

Aprovar, para efeito de benefício fiscal, o projeto de implantação da empresa **EDP TRANSMISSÃO MA II S/A** em conformidade com o estabelecido no Decreto n° 4.213, de 26 de abril de 2002 e com o direito que se refere o parágrafo único do art. 14 da Portaria n° 283 de 04 de julho de 2013 do Ministério da Integração Nacional.

O Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 17, do Anexo I do Decreto n° 8.276, de 27 de junho de 2014, torna público que a Diretoria Colegiada desta Autarquia, de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo art. 6°, incisos III e XVII e parágrafo único do anexo I do referido Decreto e suas alterações, bem como o que estabelece os artigos 4°, 48 e 49 da Portaria MI n° 283/2013, de 04 de julho de 2013, em sessão realizada em 26/12/2018.

R E S O L U V E :

Art. 1° Aprovar, para efeito de benefício fiscal, previsto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001 o **projeto de implantação da empresa EDP TRANSMISSÃO MA II S/A, CNPJ 27.821.764/0001-02**, pessoa jurídica titular do empreendimento **sediada em Linhares - ES**, com unidade produtora localizada à **Rua Estrada da Mangabeira, S/N°, Mangabeira - Chapadinha - MA, CNPJ 27.821.761/0003-66** tendo a fruição do benefício fiscal iniciada a partir da entrada em operação do empreendimento projetado, segundo constatação, obrigando-se a solicitar a emissão do Laudo Constitutivo por parte desta Autarquia, observado o disposto no capítulo II, item 2.2. do Manual de Instruções - MIBF.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Wanderley Silva, Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos**, em 11/01/2019, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do [Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0051753** e o código CRC **E18474B0**.

Referência: Processo nº 59336.002350/2018-07

SEI nº 0051753